

Dossiê

Ensino de Sociologia

Avanços e dificuldades na volta do ensino de Sociologia ao currículo escolar

Erinaldo Ferreira do Carmo*

Resumo

Aborda o processo histórico de construção, declínio e retorno da Sociologia ao currículo escolar do ensino médio, contemplando a reforma educacional advinda do restabelecimento da democracia no país, o papel do professor de Sociologia na seleção e enfoque dos conteúdos para a formação do estudante secundarista e a missão daquela disciplina diante das recentes transformações políticas, econômicas e sociais que presenciamos em nosso cotidiano e que se refletem na escola. As experiências vivenciadas em sala de aula com estudantes do ensino médio e com os graduandos da licenciatura em Ciências Sociais também estão presentes neste trabalho. O retorno apresentado por estes estudantes e as informações repassadas por professores de diferentes instituições de ensino apontam os problemas atuais enfrentados nas escolas, como a fragilidade na abordagem dos conteúdos sociológicos, a insipiência da disciplina trabalhada em razão da reduzida carga horária e a ausência de professores com formação específica em Sociologia.

Palavras-chave: educação, ensino médio, Sociologia.

* Doutor em Ciência Política com Licenciatura Plena em Ciências Sociais. Professor de Sociologia do Colégio de Aplicação e de Prática de Ensino de Ciências Sociais na Licenciatura do Centro de Educação da UFPE. *E-mail:* erinaldocarmo@gmail.com.

Achievements and difficulties in the return of the teaching of Sociology to the school curriculum

Abstract

This paper discusses the historical process of the construction, decline and return of sociology to the high school curriculum, in the light of the educational reform which occurred as a result of the restoration of democracy in the country, the role of the Sociology teacher in the selection and focus of content for the formation of the high school student and the role of this subject in the light of the recent political, economic and social changes felt in day-to-day living and are reflected in the school. The study also presents experiences in the classroom with high school students and Social Science undergraduates. Their feedback and information passed on by teachers at different educational institutes emphasize the current problems that schools face, such as the weak approach to sociological content, the ineffectiveness of the subject because of its reduced timetable space and the lack of teachers with specific formation in sociology.

Keyword: education, high school education, Sociology.

Apresentação

A reinserção da Sociologia no ensino médio pauta a discussão deste trabalho, que começa pelo registro histórico de sua implementação na formação dos estudantes secundaristas e suas idas e vindas nos currículos dos sistemas educacionais brasileiros, a depender de cada momento político vivido pelo país. A atual presença do ensino de Sociologia na matriz curricular do ensino médio é resultado do empenho de educadores e sociólogos que pleitearam, por décadas, inclusive em momentos hostis, a formação humanística, voltada para o desenvolvimento do cidadão em torno de sua plena relação com o seu meio social.

A discussão sobre o ensino de Sociologia para os cursos de nível médio não é recente. Esse debate já esteve presente na elaboração da reforma educacional de 1891, em adequação à República recém-instaurada, que propunha, entre outras medidas, a educação laica e o ensino intermediário, entre o fundamental e o superior, voltado para a formação intelectual do estudante, livre do controle e do argumento religioso. Mas, além do debate, a Sociologia não chegou a ser inserida no currículo escolar. Só em 1925 é que ela foi introduzida como disciplina regular, no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e em 1928 foi implantada em outros colégios desse estado e também em São Paulo e em Pernambuco. Em 1931, no início

do governo Vargas, uma nova reforma educacional inseriu a Sociologia nos cursos normais, de formação de professores, e nos cursos preparatórios para a formação superior.

Ainda na década de 1930, surgiram os cursos superiores de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, da Universidade de São Paulo, e também na Universidade do Distrito Federal. Na observação de Tomazi (2010), esses cursos superiores focavam, inicialmente, as questões raciais, a mobilidade dos grupos estrangeiros e o espaço rural. Posteriormente, ganharam projeção os estudos sobre a industrialização, a urbanização e o mercado de trabalho. Desde o momento inicial, a formação superior do profissional de Sociologia tinha como meta o ensino e o trabalho na estrutura governamental. Entretanto, os formados nesses cursos perderam espaço no campo do ensino logo no início da década de 1940, quando a Reforma Capanema retirou a Sociologia do ensino colegial. Esse nível de ensino adquiriu, com a reforma, uma formação mais voltada para o mercado de trabalho, com a preparação de mão de obra fabril, fato que se estendeu até a década de 1980. Essa reforma, introduzida em 1942, pelo então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, foi marcada pela articulação entre o ensino e os ideários nacionalistas de Getúlio Vargas em seu projeto político implantado sob a ditadura do Estado Novo.

De acordo com Menezes e Santos (2002), de todas as alterações educacionais promovidas pelo ministro Capanema, o ensino secundário foi o que sofreu as mudanças mais profundas e duradouras. O sistema educacional correspondia à divisão social do trabalho, e o nível secundário servia ao desenvolvimento de habilidades de acordo com as novas necessidades do mercado e os papéis atribuídos às classes sociais operárias, com o ensino voltado para a preparação de jovens e adolescentes que formariam o universo dos trabalhadores necessários à produção fabril nacional.

No projeto político de Vargas, a educação foi usada como instrumento de difusão e assimilação da ideologia do governo, incluindo a inserção da educação moral e cívica como disciplina de formação do caráter dos estudantes, infundindo, além das virtudes pessoais, as virtudes coletivas que reforçavam os ideários nacionalistas, como a disciplina cega, a responsabilidade no cumprimento do dever, a valorização da ação, o respeito à hierarquia e o apego aos símbolos nacionais e ao patriotismo exacerbado.

Como observa Santos (2002), todos esses casos de reforma no ensino sempre estiveram relacionados às condições sociais e econômicas de uma época e tiveram nessas condições seus limites. Por isso, sempre fracassam. Desde a Reforma Capanema, até a redemocratização do país, por mais de quarenta anos a Sociologia esteve ausente da sala de aula no ensino colegial. Essa formação intermediária e de ligação entre a escolarização básica e a universidade deslocou a formação dos estudantes secundaristas, com fulcro nos interesses do Estado e do mercado. Para se ter uma ideia dessa exclusão da formação humanística do alunado, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961, considerou as mudanças sociais provocadas pelo crescimento urbano e industrial do país, mas não contemplou a formação do estudante enquanto cidadão. Nesse momento, as disciplinas das ciências exatas e de formação técnica preencheram quase que completamente o currículo escolar.

Em 1962, quando o Conselho Federal de Educação estabeleceu o currículo para o ensino secundarista, instituindo as disciplinas obrigatórias, complementares e optativas, a Sociologia ficou de fora do meio escolar, não fazendo parte de nenhuma dessas três categorias. E em 1971, com a reforma educacional imposta pelo governo militar, transformando o ensino secundário, então segundo grau, em cursos profissionalizantes, mais uma vez foi negado o espaço às disciplinas interpretativas da realidade social do país e do mundo. Entretanto, manteve-se a obrigatoriedade de disciplinas estratégicas ao regime, como Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica, que haviam sido impostas como obrigatórias por meio do Decreto-Lei 869, de 1968, que transformou a educação em campo de ostentação e assimilação dos interesses do regime ditatorial.

Uma história de desafios

A reinserção da Sociologia no currículo escolar representou o reconhecimento da importância dos conteúdos dessa disciplina na educação formal, mas também o coroamento dos esforços dos educadores e sociólogos brasileiros que lutaram por esse papel de participação na formação cidadã dos estudantes brasileiros. Desde o ano de 1983, a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo mobilizou a categoria pelo retorno da Sociologia ao

ensino médio. No ano letivo seguinte, a Sociologia voltou aos currículos das escolas de São Paulo, o que representou uma primeira vitória. A ação foi imediatamente seguida por entidades representativas dos sociólogos em outros estados. Com isso, em 1986, as escolas do Distrito Federal e do Pará também adicionam a Sociologia nos currículos escolares. E em 1989, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco também reinseriram a Sociologia na formação escolar.

Desde o início da redemocratização do país, a educação havia perdido o seu viés disciplinador e reprodutor dos ideários governamentais. Aos poucos, foi sendo restabelecido seu sentido civil e humanístico, com vistas à formação cidadã, e a educação formal tomou para si também a missão de formar novos cidadãos para uma nova sociedade, ainda em transformação. Na ponderação de Silva (2003), a escola da pós-redemocratização, a consagrada em 1996 com as novas diretrizes educacionais do país, adquiriu a responsabilidade de formação de cidadãos capazes de direcionar suas ações pela razão, tendo autonomia intelectual e reflexão contextualizada na compreensão coerente de sua vida social.

Neste sentido, o ensino médio tornou-se o espaço adequado para essa formação cidadã, em que os jovens e adolescentes buscam alternativas para suas inquietações e respostas a suas dúvidas sobre a organização dos grupos, funcionamento das instituições e interpretação da vida em sociedade. Necessariamente, essas indagações precisavam ser objetadas pela Sociologia, ou elas continuariam sendo respondidas pelo senso comum, em seu construto baseado na vivência empírica dos sujeitos. Mas, para isso, ainda faltava a reformulação do ensino secundário, com a inclusão da Sociologia.

A partir da promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, identificada por Ulisses Guimarães como a *Constituição Cidadã*, o país estabeleceu um novo cenário para a educação nacional, o que trouxe entusiasmo às expectativas de retorno do ensino de Sociologia ao ensino secundário. A Carta Magna do país, já em seu artigo 1º, explicita que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político. Diante dessa nova matriz político-social, a Sociologia se coloca como disciplina de propriedade adequada para trabalhar essas

questões, sendo esses fundamentos inerentes aos conteúdos de seu saber científico.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, em seu artigo 1º, § 2º, ganha força a declaração de que a atividade escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e também à prática social. E o artigo 35 estabelece que o ensino médio tem como finalidades, entre outras, a formação para a cidadania e o aprimoramento do educando como pessoa humana. Mais uma vez, aqui é refletida a importância de uma disciplina voltada para a formação de um novo cidadão, para uma nova sociedade. Aqui, a Sociologia recebeu seu devido reconhecimento, passando a fazer parte da formação cidadã do estudante, mas ainda sem seu caráter obrigatório.

Em atenção à retomada gradativa da Sociologia ao ensino médio, presente já em vários estados, por iniciativas locais, em 2001 o Congresso Nacional votou e aprovou o projeto de lei que tornava obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas do país, de autoria do deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores do Paraná. Contudo, o projeto foi vetado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ironicamente, um sociólogo. Só em 2008, por meio da Lei nº 11.684, assinada pelo então presidente da República em exercício, José Alencar, é que a LDB passou a exigir a oferta regular e obrigatória da Sociologia no ensino médio. Assim é que esta disciplina voltou a constar, definitivamente, no rol de conhecimentos relevantes à formação do educando. A referida lei alterou o artigo 36 da LDB, determinando, expressamente, que ao currículo escolar fossem incluídas as disciplinas de Sociologia e Filosofia como parte obrigatória em todas as séries que compõem o ensino médio.

As transformações na escola

A LDB mantém o ensino médio como parte integrante da educação básica, quando em seu artigo 21 estabelece que a educação básica é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. E no artigo 22 assegura que esse nível escolar tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe uma formação para o exercício da cidadania e

fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores. E a Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso II, com a redação alterada em 1996, pela Emenda Constitucional nº 14, abona o ensino médio como um direito de todo estudante brasileiro.

Como consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, isso significa que o ensino pós-fundamental e pré-universitário passa a integrar a etapa do processo educacional considerado como básico para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis superiores de educação e para o desenvolvimento pessoal, em referência à plena interação do estudante à sociedade.

A solidificação da democracia nacional, aliada às novas tecnologias e às mudanças na forma de produção de bens, serviços e conhecimentos, projetou a escola para as novas dinâmicas e dimensões do mundo contemporâneo, ainda considerando a tarefa de integrar os estudantes às ferramentas de inserção à cidadania e ao trabalho, com o desenvolvimento da habilidade para a pesquisa, a seleção e a análise de informações, investindo na capacidade do aluno de aprender, criar e formular, em vez de simplesmente memorizar.

Por quase todo o século XX, a educação priorizou a formação para o mercado, em detrimento da formação para a cidadania, e apenas na última década daquele século a reforma educacional privilegiou a formação cidadã, sem descuidar da preparação para o trabalho. Isso fica claro quando observamos o trajeto histórico da educação no país: na década de 1960, a política educacional do governo priorizou a formação de técnicos e especialistas para o manuseio das máquinas e a condução do processo de produção; na década seguinte, optou pela formação profissionalizante compulsória, que, além de suprir a demanda do mercado de trabalho, ainda tentou reduzir a pressão social pelo acesso ao ensino superior; na década de 1990, por fim, diante de uma nova era na estrutura social e política do país, as propostas de reforma para o ensino médio se pautam na reorganização curricular em áreas do conhecimento com o objetivo de facilitar o desenvolvimento dos conteúdos, numa perspectiva contextualizada, trans e interdisciplinar.

Para essa nova escola, fundamentada nos princípios democráticos da Constituição de 1988 e baseada na LDB de 1996, o novo ensino médio

fornece uma tentativa de integrar, em um mesmo nível, de forma articulada e equilibrada, uma formação humanizada, ética, crítica e autônoma, voltada para o desenvolvimento de valores e competências necessárias à integração do aluno, em seu projeto de vida individual, ao projeto coletivo da sociedade. Também proporciona uma formação comprometida com o novo significado do trabalho e da política, para o cidadão conscientemente produtivo e politicamente ativo, que faz uso desses conhecimentos para se aprimorar no mundo do trabalho e para se envolver ativamente na vida política de sua comunidade.

Esse envolvimento político do cidadão já começa a ser visível na política nacional. Por meio do acompanhamento dos processos eleitorais, registra-se a ampliação da participação do eleitorado, desde a primeira década deste século XXI, quando foram consolidadas as mudanças estruturais instauradas a partir da redemocratização do país, representadas numa melhoria do eleitorado nacional com a ampliação de sua escolaridade e a conseqüente elevação de sua renda e de sua qualidade de vida. Isso influi diretamente na participação política e no envolvimento do cidadão com sua coletividade.

Entraves à Sociologia na sala de aula

Na preocupação em atender à legislação, as redes de ensino adaptaram seus currículos com a inserção da disciplina de Sociologia, porém sem a imediata contratação de docentes com formação em Ciências Sociais, não atentando para as especificidades desse conhecimento científico, mas, sim, transferindo aos profissionais de outras formações acadêmicas a responsabilidade de trabalhar conteúdos próprios de uma ciência diferente da de sua formação e atuação. Esse procedimento imediatista permeou a Sociologia com uma didática improvisada, adaptando conteúdos sociológicos aos métodos de outras disciplinas, de acordo com a formação acadêmica do professor. De imediato, isso trouxe um descrédito à importância da Sociologia na formação dos estudantes, bem como disseminou entre os professores a prática comum de um conhecimento superficial e sem cientificidade.

Na análise de Silva (2003), disseminou-se nas escolas o pensamento de que qualquer um poderia ensinar Sociologia, pois para formar o cidadão

bastaria debater os problemas presentes da sociedade, discutindo-os a partir de notícias geradas pela mídia ou da experiência factual dos alunos. Como resultado, os professores de Sociologia, sem formação na área, tiveram dificuldades na elaboração de um plano de ensino baseado na necessidade de apropriação sociológica, e como alternativa ministraram aulas abordando temáticas pontuais. Essa ação comum dificultou, de início, a afirmação da Sociologia enquanto ciência e não promoveu o respeito a seu referencial teórico, a sua estrutura metodológica nem a seu histórico de luta por essa inserção.

Evidentemente, todas as ciências possuem um léxico próprio, no qual as palavras, as terminologias, os conceitos e as teorias têm sentidos específicos. Contudo, com a Sociologia criou-se uma vulgarização da ciência quanto a sua aplicação em sala de aula na observação e análise de fatos sociais, sendo estes submetidos às interpretações e diagnósticos com base exclusiva em outros campos do saber ou no senso comum. Nesse formato improvisado e vulgar, de um lado a disciplina tornou-se contextualizada e se aproximou da realidade dos estudantes, permitindo aos debatedores fatos diálogos e argumentações sobre os temas apresentados; de outro lado, as discussões se envolveram em temáticas alimentadas, principalmente, por fatos noticiados na mídia, sem considerar sua construção, nem os motivos de sua divulgação e, o que é mais preocupante, sem abordagem dos conceitos sociológicos e dentro de concepções que seguem apenas o conhecimento superficial e de pouca ou nenhuma criticidade.

Na análise de Jinkings (2007), na atualidade, diante de um projeto de sociabilidade que liga a vida social e política aos movimentos do mercado, o desafio da Sociologia passa a ser o de clarear o entendimento dessa dinâmica e das relações sociais que surgem nessa nova realidade. Por essa análise, entendemos que a Sociologia precisa contribuir com a compreensão da sociedade que se monta a partir dessa realidade. Isso significa que o conhecimento sociológico ultrapassa as polêmicas da realidade social e cotidiana dos alunos, na medida em que abrange teorias e práticas próprias dessa ciência e envolve linhas de pensamento e técnicas metodológicas aplicadas ao ensino e à pesquisa.

Na observação dos alunos estagiários e dos professores consultados para este trabalho, mesmo as escolas que adotaram o livro didático de

Sociologia não apresentaram uma utilização adequada dos conteúdos quando trabalhados por profissionais sem formação específica em Ciências Sociais. Isso ocorre pelo fato de os livros abordarem os temas de forma fracionada e os conceitos aparecerem resumidamente, carecendo de complementação e contextualização dadas pelo docente. Com isso, a forma de trabalhar um conteúdo precisa ir além do estabelecido pelo autor do livro didático, necessitando fundamentalmente do olhar atento e apropriado do professor sobre cada temática abordada, considerando a realidade da turma e a comunidade na qual ela está inserida, relacionando a coisa vivida aos pressupostos teóricos e sempre compreendendo as devidas variações temporais e espaciais.

A transposição do conhecimento é difícil por sua própria natureza, pela complicada adaptação de temáticas tão complexas ao discurso assimilável por estudantes adolescentes, e isso dentro da limitação de tempo à qual está condicionada a disciplina, que em todas as escolas observadas apresenta uma carga horária bastante reduzida. E se essa ação não for empreendida por um profissional com formação apropriada, produzirá muito mais prejuízos que benefícios à formação do aluno.

De forma geral, essa crise na busca pelo conhecimento científico não tem sido uma exclusividade da Sociologia, nem das ciências humanas. É que, apesar de todo o acesso à informação, vivido pelas novas gerações, e das conquistas alcançadas pela ampliação das tecnologias, a educação formal, como observa Moraes (2003), vem sofrendo um grave processo de desvalorização, principalmente quando se desvincula da vida real do alunado e não apresenta um sentido prático de aplicabilidade. Por outro lado, foi registrado que nos últimos anos o ensino de Sociologia adquiriu um acompanhamento mais atento por parte dos estudantes, dos professores e dos dirigentes escolares quando essa disciplina foi incorporada aos vestibulares mais concorridos do país. A cobrança por um conhecimento mais específico e apropriado ascendeu à necessidade do profissional com formação particular em Sociologia, com habilidades e competências específicas para transformar as temáticas cotidianas em questões sociológicas e dar um claro sentido aos conhecimentos das ciências sociais.

Um mundo a ser explorado

A Sociologia possui teorias e métodos investigativos que permitem a reflexão sobre os fatos sociais, a interpretação da realidade social e o levantamento de informações referentes aos mais diversos fenômenos sociais. Existe uma grande quantidade e variedade de pesquisas sociológicas em todo o mundo envolvendo quase todas as sociedades nos mais variados temas. Por vezes, não é a falta, mas, sim, o excesso de informações o que pode prejudicar o aprendizado. Ciente de que a sua meta no ensino médio não é a formação de sociólogos, mas a contribuição da Sociologia na formação geral do alunado, uma primeira atribuição do professor é a separação e sistematização dos conteúdos a serem trabalhados, dentro de uma proposta maior de formação cidadã.

Na delimitação do trabalho em sala de aula, compreendendo a necessidade de formação universal e genérica do alunado, compete ao professor de Sociologia filtrar as informações e selecioná-las adequadamente, assumindo a responsabilidade de apresentar aos estudantes as temáticas mais apropriadas, sem esquecer os fundamentos da Sociologia, de maneira que esses compreendam a importância desta ciência e utilizem seus conhecimentos continuamente, fora da sala de aula, em sua vida prática. Outra necessidade do professor é o trabalho interdisciplinar. A Sociologia, que se utiliza de linhas teóricas e práticas metodológicas elaboradas em atenção aos conceitos sociológicos utilizados, não se constitui uma ciência isolada, fechada em conhecimentos exclusivos, mas, sim, em uma ciência que articula e agrega conhecimentos de muitas outras ciências, fazendo uso permanente, desde seu surgimento, de outros conhecimentos agregados, como a História, a Economia, o Direito, a Geografia, a Política, a Estatística e tantas outras.

Mas, o objetivo final dessa interdisciplinaridade é intermediar o conhecimento da Sociologia. Assim, as contribuições das outras áreas de conhecimento e formação serão incorporadas aos conceitos e métodos sociológicos, sem perder de vista suas atribuições. Como observam Bomeny e Freire-Medeiros (2010), a Sociologia estuda os fenômenos sociais que nos afetam cotidianamente, mas com uma linguagem própria. Na Sociologia os termos apresentam significados distintos, a partir da análise de diferentes

noções teóricas, como o exemplo do conceito de classe social, que possui sentidos específicos no positivismo de Comte, no materialismo histórico de Marx, na sociologia compreensiva de Weber e no funcionalismo de Durkheim.

A Sociologia precisa se envolver com o universo do educando e fazer parte de um projeto bem mais abrangente de construção, via educação, de uma sociedade plenamente cidadã. Por isso, não se trata apenas de mais uma disciplina curricular, mas de uma disciplina transformadora de homens em cidadãos, a partir do conhecimento dessa sociedade presente. E para compreender essa sociedade, com a indispensável aplicação teórica das Ciências Sociais, é preciso conhecer, além dos elementos fundadores da Sociologia, também os princípios elementares da Antropologia e da Ciência Política, sempre em observação aos clássicos, mas sem esquecer os que se debruçaram sobre o estudo particular da sociedade brasileira, como Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros que contribuíram com a formação da Sociologia no país.

Com isso, cabe à Sociologia, enquanto campo de estudo das mudanças nos sistemas sociais, como orientam os PCNs, abordar como temáticas: as diferentes formas de estratificação social (castas, estamentos e classes sociais); o processo histórico de construção das desigualdades sociais, incluindo as exclusões sociais, políticas e econômicas e as concentrações de poder e de renda; o papel das normas e padrões nos processos de socialização; a formação das culturas e a convivência com a diversidade; as experiências culturais nas sociedades complexas e as noções que moldam e orientam a vida social; as redes de relações, os antigos e os novos papéis sociais que constituem as identidades sociais; as ideologias; o papel da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa no incentivo ao consumismo; a alienação no trabalho e na política; as relações de poder no campo do Direito, da Política e da Economia; o papel Estado moderno e suas relações com os sistemas econômicos; a soberania do Estado e sua estrutura de funcionamento, os sistemas de poder, as formas de governo e os regimes políticos; as formas de exercício da democracia e os direitos de cidadania; as diferentes formas de participação política; e a legitimidade dos movimentos sociais.

Como se vê, a Sociologia no ensino médio tem uma vasta área de abrangência. Nela, o estudo explicativo da sociedade tem como escopo

geral o encaminhamento do aluno às questões conceituais e metodológicas das Ciências Sociais, envolvendo a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. O objetivo dessas ciências sociais é a reflexão sobre as mudanças nas condições sociais, políticas e econômicas que transformaram significativamente as sociedades globais até a forma como se apresentam neste século XXI, inferindo a essas reflexões o seu discurso científico.

Conclusão

Todo o caminho percorrido pela Sociologia no ensino secundarista nacional está intrinsecamente relacionado ao papel dessa disciplina na formação do estudante e no seu potencial de transformação da sociedade com vistas à preparação à cidadania plena. A consolidação de uma nova sociedade, democrática, pluricultural e autônoma, reconhece a necessidade de uma disciplina mais voltada para compreender as transformações passadas, perceber as recentes e projetar as futuras, bem como preparar o indivíduo, enquanto cidadão, para atuar em todas as instâncias da vida social.

Nesse sentido, a Sociologia ganha importância, na medida em que responde aos questionamentos de uma sociedade em transformação e contempla o que ela se propõe a investigar e debater, enquanto disciplina formativa, possibilitando ao estudante a reflexão consciente sobre as relações sociais, políticas e econômicas de seu grupo de convívio, de sua comunidade e de toda a sociedade.

Ao professor de Sociologia, ciente do árduo caminho percorrido por essa disciplina até o presente e diante desse novo cenário constitutivo da sociedade brasileira e da sala de aula, fica a árdua missão de construir uma disciplina envolvente, com utilidade cada vez maior na interpretação dos fatos sociais e dos fenômenos reais vivenciados pelos alunos, mas sempre com um aplicativo que comporte a disciplina em sua cientificidade.

Referências

BOMENY, H.; FREIRE-MEDEIROS, B. (Coord.). *Tempos modernos, tempos de Sociologia*. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Brasília: MEC, 1998.

JINKINGS, N. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, 2007.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Reforma Capanema (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002.

MORAES, A. C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n.1, 2003.

SANTOS, M. B. *A Sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. Brasília: UnB, 2002 (dissertação).

SILVA, I. *Sociologia: conteúdos e metodologias de ensino*. Proposta preliminar para discussão na *Semana Pedagógica do Núcleo de Educação de Londrina*. Londrina: Laboratório de Ensino de Sociologia; Depto. de Ciências Sociais da UEL, 2003 (mimeo).

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Saraiva, 2010.

.....
Recebido em: 23 abr. 2013

Aceito em: 30 ago. 2013